



TRADIÇÕES RELIGIOSAS JAPONESAS: PERPETUAÇÃO E MUDANÇAS CULTURAIS NA MIGRAÇÃO PARA O BRASIL

Cleide Souza Shimokomaki¹, Eduardo Gusmão de Quadros²

RESUMO: A vinda de imigrantes japoneses para o Brasil foi motivada por interesses dos dois países: o Brasil necessitava de mão-de-obra para trabalhar nas fazendas de café, principalmente em São Paulo e no norte do Paraná, e o Japão precisava aliviar a tensão social no país, causada por seu alto índice demográfico. Para conseguir isso, o governo japonês adotou uma política de emigração desde o princípio de sua modernização, iniciada na era Meiji (1868). Bem como, compreender o período e situação histórica das imigrações para o Brasil e para o Japão através do levantamento bibliográfico; como também analisar o discurso de três gerações de mulheres japonesas, buscando entender suas relações com a cultura oriental e ocidental. Justifica-se porque a imigração em caráter geral é amplamente estudada já que nosso país contou com a vinda de vários povos em diferentes períodos históricos para formar uma nação, entretanto a imigração japonesa não foi alvo até o momento de uma grande quantidade de pesquisas que a analisasse, principalmente no tocante as mulheres japonesas. Em 2008 o Brasil comemorou-se o centenário da vinda desse povo de um país e de uma cultura tão distante e distinta da nossa. Objetivou-se: Conhecer as questões referentes ao legado cultural e religioso da comunidade Japonesa em Mineiros-Goiás. A partir das leituras realizadas sobre o processo migratório das comunidades japonesas para o Brasil e a continuidade, ou não, de suas tradições religiosas, delimita-se o seguinte tema: o sagrado, as tradições religiosas japonesas: perpetuação, mudanças culturais na migração para o Brasil.

¹ Docente do Curso de Administração, Centro Universitário de Mineiros – UNIFIMES.

² Docente do curso de Pós-graduação Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO).

Autor correspondente:
cleide@unifimes.edu.br

*Originais recebidos em
22 de Março de 2022*

*Aceito para publicação em
12 de Abril de 2022*

Palavras-chave: Processo migratório. Legado Cultural. Comunidade Japonesa.

JAPANESE RELIGIOUS TRADITIONS: PERPETUATION AND CULTURAL CHANGES IN MIGRATION TO BRAZIL

ABSTRACT: The interests of both countries motivated the arrival of Japanese immigrants to Brazil: Brazil needed labor to work on coffee farms, mainly in São Paulo and northern Paraná, and Japan needed to alleviate social tensions. In the country, caused by its high demographic rate. To achieve this, the Japanese government adopted an emigration policy from the beginning of its modernization, which began in the Meiji era (1868). As well as understanding the period and historical situation of immigration to Brazil and Japan through the bibliographic survey; as well as analyzing the discourse of three generations of Japanese women, seeking to understand their relationship with eastern and western culture. It is justified because immigration in general is widely studied since our country had the arrival of several peoples in different historical periods to form a nation; however, Japanese immigration has not been the subject of a large amount of research that analyzed, especially with regard to Japanese women. In 2008, Brazil celebrated the centenary of the arrival of these people from a country and culture so distant and distinct from ours. It aims to: Know the issues related to the cultural and religious legacy of the Japanese community in Mineiros- Goiás. From the readings carried out on the migratory process of Japanese communities to Brazil and the continuity, or not, of their religious traditions, the following theme is delimited: the sacred and Japanese religious traditions: perpetuation and cultural changes in migration to the Brazil.

Keywords: Japanese Immigration. Cultural legacy. Japanese community.

TRADICIONES RELIGIOSAS JAPONESAS: PERPETUACIÓN Y CAMBIOS CULTURALES EN LA MIGRACIÓN A BRASIL

RESUMEN: La llegada de inmigrantes japoneses a Brasil estuvo motivada por los intereses de ambos países: Brasil necesitaba mano de obra para trabajar en las fincas cafetaleras, principalmente en São Paulo y el norte de Paraná, y Japón necesitaba aliviar la tensión social en el país, provocada por su alta tasa demográfica. Para lograrlo, el gobierno japonés adoptó una política de emigración desde el inicio de su modernización, iniciada en la era Meiji (1868). Además de comprender el período y la situación histórica de la inmigración a Brasil y Japón a través del levantamiento bibliográfico; así como analizar el discurso de tres generaciones de mujeres japonesas, buscando comprender su relación con la cultura oriental y occidental. Se justifica porque la inmigración en general es ampliamente estudiada ya que nuestro país tuvo la llegada de varios pueblos en distintas épocas históricas para formar una nación, sin embargo la inmigración japonesa no ha sido objeto de una gran cantidad de investigaciones que analicen, sobre todo en lo referente a los

japoneses. mujeres. En 2008, Brasil celebró el centenario de la llegada de estas personas de un país y una cultura tan distante y distinta a la nuestra. El objetivo fue: Conocer las cuestiones relacionadas con el legado cultural y religioso de la comunidad japonesa en Mineiros-Goiás. A partir de las lecturas realizadas sobre el proceso migratorio de las comunidades japonesas hacia Brasil y la continuidad, o no, de sus tradiciones religiosas, se delimita el siguiente tema: lo sagrado, las tradiciones religiosas japonesas: perpetuación, cambios culturales en la migración hacia Brasil.

Palabras clave: Proceso migratorio. Legado Cultural. Comunidad japonesa.

INTRODUÇÃO

Com a crise econômica no Brasil e a concomitante prosperidade no Japão, ir para o "país dos seus ancestrais" passou a ser considerado uma alternativa diante da crise econômica que marcou a situação brasileira nos anos 1980. Não são os pobres que emigram ao exterior, mas uma classe média que tem tentado manter ou elevar seu padrão de vida.

Trata-se de filhos e netos de imigrantes japoneses que no início do século

XX Vieram ao Brasil e que estão indo agora para o Japão com as mesmas intenções de seus ancestrais: trabalhar temporariamente para retornar enriquecido para o seu país de origem. Mas a história tem nos mostrado que as intenções temporárias iniciais não têm se cumprido, por diversas razões, percorrendo trajetórias inesperadas.

No caso dos imigrantes japoneses, a Segunda Guerra Mundial foi crucial para a sua fixação definitiva no solo brasileiro. Já no caso de seus descendentes no Japão, embora algumas famílias já estejam adquirindo o visto permanente e se estabelecendo no país de destino, muitos brasileiros ainda ficam divididos entre os dois países, onde transitam entre facilidades e dificuldades sem muita clareza em saber qual é o seu lugar.

Com o intuito de amparar os trabalhadores migrantes, também começaram a surgir centros de atendimento, informação, orientação e apoio aos trabalhadores migrantes, de iniciativa governamental, municipal e de vários grupos de voluntários sem fins lucrativos. Um exemplo disso é o Centro de Informação e Apoio ao Trabalhador no Exterior (Ciate), criado em São Paulo (Brasil).

De acordo com Ricardo Sasaki (2002, p.254-5), esse Centro fornece informações e orientações sobre ofertas de emprego no Japão; a cultura, os usos e costumes, e a vida cotidiana no Japão; legislação trabalhista japonesa; assessoria jurídica; sistema educacional no Japão; seguro social (saúde, aposentadoria, desemprego, acidentes de trabalho) japonês; restituição de aposentadoria e solicitação de pensão; imposto de renda (bitributação) e demais tributos no Japão.

Os brasileiros que vão para o Japão deparam com uma realidade japonesa muito diferente da imagem idealizada do país passado por seus pais e avós imigrantes no Brasil, como se tivessem congelado a cena do momento da partida, perdendo a noção do tempo durante a viagem, levando consigo as lembranças do que lhe era familiar.

À Medida que as novidades se esgotam nesse novo lugar, realidade, contexto e relações de diversas naturezas, os migrantes sentem saudades do que ficou, sem imaginar ou mesmo se dar conta das irrefreáveis mudanças no lugar de onde partiram um cenário, uma sensação memorizada durante a sua ausência, guardada preciosamente no seu sentimento de pertencimento.

A partir da nova realidade vivida, os nipo-brasileiros constroem sua (s) vida (s) entre Brasil e Japão (entre a origem e destino perdendo de vista onde é o quê), não sendo um simples somatório de elementos simbólicos e fragmentos selecionados entre Brasil e Japão de seus antepassados.

Compõem uma complexa teia de conexões e de relações sociais que vão se estabelecendo em vários níveis não apenas pelos próprios migrantes e os diversos atores que participam do cenário constitutivo de redes sociais de brasileiros, mas também pelos estudiosos e aqueles que se sentem autorizados a falar sobre os brasileiros descendentes de japoneses.

Isso sem contar com a dimensão histórica que deve ser considerada. Isso posto, este texto apresentará, primeiramente, uma breve contextualização da imigração japonesa ao Brasil ao longo do século XX. Em seguida, focará a presença de brasileiros no Japão, que foi se institucionalizando ao longo dos últimos vinte anos, no processo migratório internacional contemporâneo entre Brasil e Japão.

A imigração de japoneses para o Brasil iniciou-se oficialmente em 1908, num período em que o Japão precisava escoar o excedente populacional e resolver seus problemas internos decorrentes

da reforma política da Era Meiji de 1868 a 1912, marcando o início da Era Moderna no Japão, e quando o Brasil demandava por mão-de-obra imigrante.

Na virada do século XIX para o XX, o Brasil passou a adotar uma postura receptora de mão-de-obra imigrante, à medida que se sucedeu a abolição da escravatura e a implantação da cafeicultura demandava mão-de-obra nesse período. Mas em 1902, a Itália de onde provinha o principal fluxo de imigrantes europeus ao Brasil nesse período proibiu que seus cidadãos fossem recrutados e encaminhados ao Brasil.

Para preencher essa lacuna, os japoneses foram considerados uma das alternativas, e a sua presença causou um acalorado debate sobre a sua aceitação no país. Esse período associava formulações sociológicas, de medicina social e políticas públicas na tentativa de explicar e resolver o atraso socioeconômico brasileiro.

A fórmula combinava ideias de pensadores brasileiros e influências estrangeiras como Gobineau, Lombroso, Nina Rodrigues, Paulo Prado, Manuel Bonfim, Oliveira Viana entre tantos outros (SCHWARCZ, 1993) sobre o atraso socioeconômico do país, que foi sendo profundamente atrelado à presença negra na população brasileira.

A preocupação era a do "branqueamento" da população, que assim justificava a procura de europeus brancos, como alemães e italianos (inicialmente) para atender a essa lógica. Era um período em que a elite brasileira estava preocupada em construir uma nação, com anseios eugênicos.

Os "amarelos", isto é, os asiáticos, não condiziam com os ideais da construção da identidade nacional brasileira, que era baseada na política de embranquecimento, embora eles tenham sido vistos como uma alternativa para compor a mão-de-obra e atender à demanda na lavoura cafeeira. Além disso, havia uma preocupação em relação à sua adaptação nas terras brasileiras.

A questão da assimilação esperada pelos nacionais se contrapunha à racionalidade econômica e produtiva. Isso configurava uma das contradições da política imigratória brasileira, pois, ao receber os imigrantes, por um lado, desqualificava o nacional como trabalhador (uma vez que o trabalhador brasileiro era tido como indisciplinado e indolente), para justificar a imigração estrangeira, e, por outro, desqualificava o imigrante como estrangeiro para justificar medidas discriminatórias (VAINER, 1995).

Pelo fato de o japonês não ser nem branco nem negro, os japoneses eram aqueles que não podiam achar facilmente o seu lugar no contexto brasileiro. Negros e brancos eram as duas pontas de uma tensa relação racial que atravessava as diversas naturezas das relações sociais estabelecidas no Brasil.

Nos alvares do século XX, a migração era uma questão diplomática prioritária para o seu Ministério das Relações Exteriores do Japão (MREJ). Segundo Shimizu (1998, p.78), o MREJ estava preocupado com as implicações negativas das práticas migratórias anti-japonesas (nos países anglo-saxões, como Estados Unidos, Canadá e Austrália), que teriam peso simbólico no status do Japão como uma grande potência status esse que foi adquirido e reconhecido internacionalmente ao vencer a guerra contra a China (1894-1895) e, em seguida, contra a Rússia (1904-1905).

Assim, os oficiais do MREJ expressaram um interesse burocrático em resolver a questão da migração quando eles traçaram a "Proposta de igualdade racial" na Conferência de Paz de Paris em 1919. Embora as prioridades burocráticas do MREJ não necessariamente reflitam a visão de outras partes do governo nem da opinião pública, o MREJ acreditava, no entanto, que era uma prioridade urgente encontrar uma solução satisfatória ao tratamento discriminatório em relação aos imigrantes japoneses nos territórios anglo-saxões.

Pois isso, simbolizava a posição inferior dos japoneses em relação a grandes potências ocidentais. Assim, a imigração refletia a insegurança do Japão de ser uma nação não-branca dentre as grandes potências e os outros quatro eram ocidentais brancos.

Mais tarde, a campanha antijaponesa no Brasil foi, de um lado, alimentada pelo fato de o Japão ter se aliado ao Eixo na Segunda Guerra Mundial isto é, pela crescente instabilidade internacional mediante a política militarista agressiva do Japão no continente asiático e o crescente poderio militar do nazi-fascismo na Europa, representado pela Alemanha e Itália, e, de outro, os esforços nacionalistas brasileiros de construção de uma sociedade brasileira coesa, na qual todos os cidadãos, incluindo filhos de imigrantes das mais diferentes procedências, deveriam adotar uma consciência nacionalista brasileira.

Todo o processo de imigração e de estabelecimento desse contingente foi tutelado pelo governo japonês conforme explicitado por Sakurai (2000), desde recrutamento, propaganda, transporte, custeio, até o estabelecimento no país hospedeiro. O auge dessa imigração foi entre 1925 e 1934, com mais de 120 mil imigrantes. No Brasil, os anos 1930 foram marcados pelas mudanças políticas, com a implantação do Estado Novo, um período de ditadura com anseios nacionalistas, que restringiu drasticamente a entrada de estrangeiros no país.

Até eclodir a Segunda Guerra Mundial, os imigrantes japoneses no Brasil se consideravam *nihonjin*, isto é, japoneses, uma vez que ainda havia perspectiva de retornarem enriquecidos ao Japão. Depois desse evento, eles passaram a construir suas vidas nas terras brasileiras, distantes da possibilidade do retorno.

Até o período da guerra, a permanência no Brasil era tida como provisória. A guerra foi utilizada como o fator decisivo para não ter que acionar o argumento do insucesso do não-retorno de quase todos os imigrantes. A fixação definitiva no Brasil, que vinha ocorrendo há pelo menos uma década, é finalmente incorporada e aceita. A guerra foi o pretexto simbólico para legitimar o processo, que era inexorável, da permanência definitiva no Brasil (SAKURAI, 2000).

Pós o período da Segunda Guerra Mundial, o fluxo de migrantes japoneses ao Brasil foi retomado em 1953. O governo japonês continuou regendo a migração, e pode-se dizer que os japoneses que imigraram ao Brasil no período pós-guerra eram diferentes dos que vieram no pré-guerra. Parece ter havido uma relação tensa entre os imigrantes japoneses do pré e os do pós-guerra.

Os do pós-guerra chamados de "Japão Novo" eram jovens rapazes educados e especialistas qualificados na área agrícola e também em alguns setores da indústria. Houve, subsequentemente, uma migração de noivas japonesas para se casarem com esses rapazes e se estabelecerem nas terras brasileiras. Nos anos 1960, o Japão começou a prosperar e diminuiu o fluxo migratório ao Brasil a partir desse período. Em 1973, encerrou-se o programa de emigração. O contingente japonês ao Brasil no período pós-guerra, entre 1953 e 1973, foi de aproximadamente 53 mil (CEHOAIJB, 1992, p.429).

Em relação à localização geográfica, pode-se dizer que os imigrantes japoneses se estabeleceram em vários núcleos coloniais, principalmente no Estado de São Paulo e no norte do Paraná, Mato Grosso do Sul, Pará e Amazonas. O Estado de São Paulo recebeu o maior contingente. Na capital paulista, os nipônicos instalaram-se ao redor da cidade e participaram ativamente da formação do Cinturão Verde, ou seja, do desenvolvimento da produção agrícola de legumes, verduras e frutas para abastecer a Região Metropolitana de São Paulo.

Instalaram-se, também, em vários bairros paulistanos, destacando-se os bairros da Liberdade e de Pinheiros. Ainda no Estado de São Paulo, os emigrantes japoneses fixaram-se na região Alta Paulista como Tupã, Bastos, Marília, entre outros municípios onde desenvolveram a agricultura do algodão. Nas zonas alagadiças do Vale do Paraíba (entre São Paulo e Rio de Janeiro), desenvolveram a cultura do arroz.

No Vale do Ribeira, Iguape, litoral sul do Estado de São Paulo, introduziram a cultura do chá. No Estado do Pará, na região de Bragança e em Tomé-Açu, cultivam a pimenta-do-reino. No Amazonas desenvolveram a cultura de várzea, destacando-se a juta e o arroz.

Atualmente, no início do século XXI, a vaga estimativa de japoneses e seus descendentes presentes no Brasil é em torno de 1,3 milhão (JICA, 2003), e 80% de japoneses e brasileiros de origem japonesa (incluindo os japoneses naturalizados) devem estar localizados no Estado de São Paulo; dentre esses, a maior parte deve estar presente na Região Metropolitana de São Paulo, 15% no Paraná (principalmente na região norte) e os 5% restantes devem estar espalhados por quase todos os outros estados brasileiros.

Nos anos 1980, o Brasil atravessou um período de crise econômica com altas taxas de inflação, assim como frustrações no aspecto político no processo de redemocratização. Essa situação fez que um grande contingente de brasileiros da classe média buscasse alternativas no exterior como trabalhadores migrantes de baixa qualificação, principalmente nos Estados Unidos, no Paraguai, no Japão e na Europa (ASSIS & SASAKI, 2000). A partir da segunda metade da década de 1980, o volume desse contingente se massificou. Nos primeiros anos do terceiro milênio, a estimativa do volume de brasileiros no exterior gira em torno de três milhões (CRER, ABA, 2003).

As primeiras notícias sobre a ida de brasileiros nipo-descendentes para trabalhar temporariamente no Japão apareceram nos meados da década de 1980, apresentando um movimento tímido quanto ao volume. Em geral, eles não tiveram grandes problemas burocráticos para entrar no território japonês, pois tinham origem japonesa; eram das primeiras gerações issei (primeira geração ou os próprios japoneses nascidos no Japão) e/ou nissei (segunda geração ou os filhos dos migrantes japoneses nascidos fora do Japão), logo, muitos tinham nacionalidade japonesa ou dupla nacionalidade (podendo ingressar no Japão como japoneses); grosso modo, eram homens de idade avançada; chefes de família; casados; sabiam falar japonês e tinham pretensões de estada temporária no Japão (SASAKI, 1999).

A década de 1990 começou a registrar o aumento no volume de migrantes com várias idas e vindas entre o Japão e o Brasil, sendo facilitadas ainda mais pelo visto de reentrada no Japão (promulgada na Reforma de 1990), dispensando os trâmites burocráticos. Muitos retornavam ao Brasil apenas por alguns meses para "férias" do trabalho, com passagem marcada para o Japão e continuar no mesmo emprego.

Acompanhando o fluxo do movimento migratório desse contingente, notamos uma mudança no perfil dos brasileiros no Japão: gerações mais avançadas (segunda [nissei] e terceira [sansei]); proporção sexual relativamente equiparada; faixa etária mais jovem; sem o domínio da língua (dada a grande presença de brasileiros no Japão, diminui a necessidade de os novos migrantes saberem falar a língua japonesa); mais solteiros e recém-casados (casados há pouco tempo ou com filhos pequenos e/ou dependentes) entre os brasileiros no Japão (não significando necessariamente apenas esses, isto é, casando-se também com cônjuges japoneses); caráter mais familiar do que individual; aumento na duração da estada dos brasileiros no Japão; presença de pessoas de origem não-nipônica entre os cônjuges dos descendentes de japoneses que têm direitos estendidos, isto é, aqueles que não têm ancestralidade japonesa passam a ter os mesmos direitos que os cônjuges de origem nipônica e são igualmente classificados como nikkeijin.

No Japão, o requisito burocrático fundamental para exercer atividades remuneradas de trabalho é ter "origem japonesa", como vimos anteriormente. Esses migrantes brasileiros de que falamos se enquadram nessa categoria de nikkeijin (descendentes de japoneses), embora sejam classificados nas atividades cotidianas como "estrangeiros", ao lado de outros grupos populacionais como coreanos, chineses e filipinos, que, por sua vez, têm outros históricos de inserção na sociedade receptora.

Além disso, o brasileiro é classificado como um trabalhador migrante de baixa qualificação e o seu trânsito na estrutura ocupacional japonesa é bastante restrito. A ascendência nipônica é um quesito importante para fins burocráticos como obtenção de visto de entrada e

ideológicos japoneses, mas, na vida cotidiana, mergulha numa outra dimensão de relações com diversas alteridades.

Ambiguidade é o signo que marca o período em que o Japão experimenta neste início do terceiro milênio o gosto da pós-modernidade, com excesso de informações e de velocidade, nesse processo de internacionalização.

A presença de estrangeiros num país em que ainda vigora a ideia de uma homogeneidade mítica de seu povo obriga a repensar sobre a sua própria sociedade. A imagem refletida no espelho distorcido nem sempre é eloquente, fácil de se olhar. Receber em seu país aqueles nikkeijin que não era bem assim que tinha imaginado antes do encontro (com seus colegas japoneses) no chão de fábrica, mas com a cara e o documento que atestam a consanguinidade e que dizem ser os descendentes de origem japoneses residentes no exterior fazem voltar a atenção à sua própria história e à história da sua relação com o Brasil ao longo do século XX.

O que se transformou ao longo desse tempo entre esses dois espaços? Não dá para esperar que sejam a mesma coisa. Enquanto as pessoas experimentam o deslocamento espacial, social, cultural e simbólico, a percepção do tempo mudou drasticamente, se compararmos o início e o fim do século XX.

E a tal da compressão do tempo e do espaço (HARVEY, 1993). Há, quando não deveria haver, surpresa em colocar lado a lado o japonês imigrante no Brasil do início do século XX e o japonês receptor de brasileiros no Japão no final do mesmo século. Enquanto isso, os brasileiros descendentes de japoneses transitam entre esses dois espaços geográficos, sociais, culturais e simbólicos.

METODOLOGIA

Para Gil (1991), as pesquisas descritivas são, juntamente com as exploratórias, as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática. São também as mais solicitadas por organizações como instituições educacionais, empresas comerciais, partidos políticos, etc. Foi realizado a aplicação de um questionário contendo 15 perguntas objetivas, de forma quantitativa, para mensurar como se deu o processo de imigração para o Brasil, a perpetuação da cultura e a religião.

A IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL

A primeira leva de imigrantes japoneses chegou ao Brasil no dia 18 de junho de 1908, exatamente cem anos atrás. Porém, para entender a origem dessa imigração, precisamos conhecer uma fase anterior à sua chegada.

As circunstâncias nacionais e internacionais, na segunda metade do século XIX, levaram o Brasil à abolição da escravatura em 1888. Este fato, junto com a expansão da cafeicultura, resultou numa crise de falta de mão de obra, que foi a principal causa da introdução da imigração europeia em grande massa. Porém, no decorrer do tempo, esses imigrantes europeus não se apresentavam aptos às exigências dos fazendeiros, principalmente pela sua alta mobilidade. Os imigrantes que trataram de sair das atividades agrícolas afluíram às cidades. À época, São Paulo mostrou o mais alto índice de urbanização, registrando aumento de 268% da população entre 1890 e 1900 (FAUSTO, 2007, p. 286).

A demanda por imigração oriental surgiu neste contexto. Arlinda Rocha Nogueira (1984) apresenta como foi o processo de argumentação sobre a introdução da imigração oriental, no Brasil, esclarecendo as circunstâncias históricas da época, principalmente do Estado de São Paulo.

Na época, no Brasil, o fator café era imprescindível. Desde meados do século XIX até início do século XX, o negócio do café era a mais importante fonte de receitas. A importância do café nesse período foi tanta, que o sucesso da lavoura do café em São Paulo, durante as três primeiras décadas do século XX, levou o Estado a se tornar um dos mais ricos do país, fazendo com que vários fazendeiros indicassem ou se tornassem eles próprios presidentes da República 19 (a política conhecida como “café com leite”, por se alternarem na presidência paulistas e

mineiros). Nessas circunstâncias, a introdução da imigração oriental (cujo corpo principal era formado por chineses e japoneses) provocou muita argumentação contrária, porém, diante da escassez de mão de obra nas fazendas de café e das exigências dos fazendeiros, os governos brasileiros e estaduais paulistas viram-se obrigados a aceitar quaisquer trabalhadores, independente da sua origem. Foi assim que começou a imigração japonesa no Brasil, no início subvencionada pelo governo estadual paulista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O referido artigo, que representa parcela das atividades para a conclusão do Doutorado em Ciências da Religião, objetivou elucidar a presença e o exponente que representou a imigração Japonesa. Neste cenário os dados demonstram a necessidade de aprofundar os estudos e consequentemente as reflexões a partir do cenário contemporâneo.

Assim, concluo este artigo apontando que estarei realizando um estudo de caso com duas famílias de imigrantes Japonesas no Município de Mineiros- Goiás. Obstante a cultura compete a base para o estudo quanto as reflexões na comunidade Mineirense como um todo.

REFERÊNCIAS

ASSIS, G. de O.; SASAKI, E. M. **Novos migrantes do e para o Brasil: um Balanço da produção bibliográfica.** In: CASTRO, M. G. (Coord.) **Migrações internacionais: contribuições para políticas, Brasil 2000.** Brasília: Comissão Nacional de População e Desenvolvimento, 2001. p.615-69.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna.** São Paulo: Loyola, 1993.

NOGUEIRA, Arlinda Rocha. **Imigração japonesa na história contemporânea do Brasil.** São Paulo: Centro de Estudos Nipo-brasileiros/Massao Ohno editor, 1984.

SASAKI, Elisa Massae. **O jogo da diferença: a experiência indenitária no movimento dekassegui.** Dissertação (Mestrado) – Departamento de Sociologia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1998.

_____. **Movimento dekassegui: a experiência migratória e identitária dos brasileiros descendentes de japoneses no Japão.** In REIS, Rosana Rocha et al. *Cenas*

do Brasil migrante.
São Paulo: Boitempo editorial, 1999.

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças Cientistas, instituições e questão racial no Brasil.** São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

SAKURAI, C. **Imigração tutelada: os japoneses no Brasil.** Campinas, 2000. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

SAKURAI, Célia. **Imigração japonesa para o Brasil: um exemplo de Imigração tutelada (1908-1941).** In: Fazer América; Boris Fausto, organizador. São Paulo. EDUSP, 1999. p. 201-238.

SASAKI, R. **Os problemas que envolvem os trabalhadores brasileiros no Japão.** In: CARIGNATO, T. et al. (Org.) *Psicanálise, cultura e migração.* São Paulo: YM Editora & Gráfica, 2002. p.239-56.

SASAKI, E. M. **Movimento de kassegui: a experiência migratória e identitária Dos brasileiros descendentes de japoneses no Japão.** In: REIS, R. R.; SALES, T. (Org.) *Cenas do Brasil migrante.* São Paulo: Boitempo, 1999. p.243-74

SHINDO, Tsuguio. **O Brasil e Japão: 100 anos de tratado de amizade.** Tradução Júlio Hoçoya Sasaki, Olívia Tamiko Ozaki Makibara. São Paulo: Associação Cultural Recreativa Akita Kenjin do Brasil, 1999.

VAINER, C. B. Estado e migração no Brasil: da imigração à emigração. In: PATARRA, N. L. (Coord.) **Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo.** São Paulo: FNUAP, 1995. p.39-52.

KAWAMURA, L. **Para onde vão os brasileiros?** Imigrantes brasileiros no Japão. 2.ed. rev. Campinas: Ed. Unicamp, 2003.